

**OS EFEITOS DO COMITÊ DE AUDITORIA NO DESEMPENHO CONTÁBIL DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

**THE EFFECTS OF THE AUDIT COMMITTEE ON THE ACCOUNTING
PERFORMANCE OF FINANCIAL INSTITUTIONS**

*Rayane Pinto Dutra*¹

*José Washington de Freitas Diniz Filho*²

RESUMO

O comitê de auditoria é uma parte de extrema importância dentro de uma organização, pois ficará encarregado de supervisionar a gestão e os processos internos para o conselho de administração, tendo como principal função garantir a total transparência nas informações prestadas para assim se fazer uma boa governança. Por esta razão, o presente trabalho tem o propósito de analisar os impactos que o tamanho do comitê de auditoria promove nas variáveis dependentes: índice de liquidez corrente, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido e total do ativo em instituições financeiras brasileiras. A importância desse estudo é justificada pela carência de pesquisas sobre comitê de auditoria e pelo ineditismo do mesmo. Quanto ao enquadramento metodológico, foi desenvolvida uma pesquisa do tipo descritiva e quantitativa, usando como modelo econométrico a Regressão Linear Simples. Além disso, é importante informar, quanto aos resultados, que todas as variáveis dependentes utilizadas na pesquisa foram impactadas pela variável independente tamanho do comitê de auditoria, indicando que a mesma pode ser uma importante ferramenta de gestão para a governança corporativa das instituições financeiras nacionais, inclusive de outras empresas de segmento econômico diferente.

Palavras-chave: Comitê de Auditoria. Instituições Financeiras Brasileiras. Regressão Linear.

ABSTRACT

The audit committee is an extremely important part of an organization, as it will be in charge of overseeing the management and internal processes for the board of directors, whose main function is to ensure total transparency in the information provided for good governance. For this reason, the present work has the purpose of analyzing the impacts that the size of the audit committee promotes on the dependent variables current liquidity index, return on assets, return on shareholders' equity and total assets in Brazilian financial institutions. The importance of this study is justified by the lack of research on the audit committee and its novelty. As for the methodological framework, a descriptive and quantitative research was developed, using the Simple Linear Regression as an econometric model. In addition, it is important to inform that all the dependent variables used in the research were impacted by the independent variable size of the audit committee, indicating that it may be an important

¹ Graduada do Curso de Ciências Contábeis na Universidade CEUMA (UNICEUMA). E-mail: borgess.carloseduardo@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Ceuma (UNICEUMA). Contador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jwfd@hotmai.com

management tool for the corporate governance of national financial institutions, including other companies of different economic segment.

Keywords: Audit Committee, Brazilian Financial Institutions, Linear Regression.

01. INTRODUÇÃO

Na aurora do século XXI, um dos principais marcos no cenário mundial das normas internacionais de auditoria foi o limiar da Lei Sarbanes-Oxley, a qual promoveu profundas metamorfoses na forma de divulgação dos relatórios financeiros nos principais mercados de valores mobiliários internacionais. Isso foi uma resposta aos sucessivos escândalos de fraudes corporativas em grandes companhias, como a Enron, WorldCom, Tyco e Adelphia no ano de 2002, que levou uma perda da credibilidade do mercado financeiro norte-americano.

Lélis e Mario (2009) apontam em estudo que com a criação da Lei Sarbanes-Oxley o mercado financeiro norte americano objetivou promover um fortalecimento da proteção dos investimentos que estavam sendo operacionalizados nesse mercado, com a melhoria da confiabilidade das informações financeiras e com a responsabilização dos agentes para uma maior interação e qualidade dessas informações.

Como consequência desse normativo norte americano, passou a ser exigido das empresas que operacionalizavam títulos de valores mobiliários no mercado financeiro americano que as mesmas programassem em sua estrutura corporativa o comitê de auditoria.

Conforme estudo de Brito e Fontenelle (20013), esse comitê surge no mundo empresarial objetivando desligar a atividade de auditoria externa com a Diretoria Financeira, promovendo uma relação direta com a governança corporativa da empresa. Além disso, serve como mediador entre disputas entre a administração da empresa e os auditores, referente a divergências de opinião sobre as demonstrações contábeis.

Corroborando com o exposto, Oliveira e Costa (2004) destacam que o comitê de auditoria aparece na governança corporativa objetivando munir o conselho de administração com questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças tendentes a melhorar a prestação de contas dos administradores e dar maior transparência às informações da empresa.

Além disso, segundo Borgerth (2007), o grande propósito da criação desse Comitê é eliminar a possibilidade de conivência entre empresa e Auditoria Independente.

Assim, observa-se que o comitê de auditoria surge na governança corporativa objetivando promover maior credibilidade e transparência na divulgação das informações de cunho financeiro, econômico e patrimonial das empresas. Além disso, como hoje no Brasil somente as instituições financeiras são obrigadas a terem em sua estrutura corporativa o comitê de auditoria, devido a uma imposição do Banco Central do Brasil, pretende-se inovar o estudo do comitê de auditoria equacionando a seguinte problemática: quais os impactos que o comitê de auditoria promove no desempenho contábil das instituições financeiras brasileiras?

Costa (2009) acrescenta ainda que no Brasil a adoção do comitê de auditoria vem sendo incentivada por órgãos governamentais, legisladores, pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Instituto Brasileiro de Governança de Corporativa e pela BOVESPA, uma vez que esse órgão corporativo promove uma maior rigidez no sistema de controles internos das empresas que o adotam e, com isso, promove resultados mais satisfatórios nessas empresas.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal constatar os efeitos que o tamanho do comitê de auditoria promove nas variáveis de resultado índice de liquidez corrente, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido e tamanho das instituições financeiras. Para isso, serão realizadas várias regressões lineares simples onde o tamanho do comitê de auditoria é a variável independente e as variáveis de desempenho as dependentes.

Cabe destacar, conforme lembram Oliveira e Costa (2004), que o comitê de auditoria é peça relevante na estrutura da governança corporativa das empresas de capital aberto, como a aplicação de um maior rigor nos sistemas de controles internos e na transparência das informações financeiras, entretanto o tema ainda é uma área de pesquisa imatura e com ausência relativa de trabalhos acadêmicos.

Portanto, mediante análise de pesquisas preliminares no meio científico, constata-se que muito pouco se fez sobre comitês de auditoria, apesar da grande relevância empresarial e ser um tema novo para a nossa economia. Por esta razão, a presente pesquisa pretende agregar ao maio acadêmico, ainda não explorado no Brasil, os impactos que o tamanho do comitê de auditoria promove nos resultados das instituições financeiras brasileiras, já que essas entidades são obrigadas por resolução do Banco Central do Brasil a instituírem este órgão empresarial em suas estruturas.

Além disso, o presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda é apresentado o referencial teórico. Na terceira, os procedimentos metodológicos utilizados. No quarto, a análise dos resultados que foram encontrados na pesquisa e; por fim, na última seção apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

02. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os Impactos da Auditoria Nas Empresas

A auditoria pode ser um levantamento, uma transação ou uma avaliação de todas as demonstrações financeiras de uma empresa, que tem por principal finalidade a de emitir parecer sobre sua adequação, ajudando a contabilidade na tomada de decisão. (NBCT 11, 1997).

A auditoria é composta pela análise de documentos, registros e também pela obtenção de várias informações, externas ou internas, que estejam associadas com o controle interno do patrimônio, visando sempre mensurar a exatidão das demonstrações contábeis. (FRANCO e MARRA, 2001).

Segundo Silva (2008), a cada dia que passa as empresas brasileiras procuram ainda mais sucesso na realização de seus negócios. Por isso, tornou-se de grande importância auditar os sistemas de controles das empresas, já que nos últimos anos houve um crescimento no ambiente empresarial. Com a complexidade de se operacionalizar uma empresa, há uma obrigação de se utilizar os procedimentos corretos de gestão.

Para Attie (1988), auditoria externa é aquela feita por um auditor independente, que não possua nenhum, absolutamente nenhum, vínculo empregatício com a empresa que será auditada. Ou seja, o auditor independente utilizará seus próprios métodos, obedecendo sempre todas as normas de auditoria, para que possa dar um real parecer sobre o material que ele está analisando.

Segundo Jund (2001), a contabilidade utiliza a auditoria externa para fazer uma análise das demonstrações contábeis e também das escriturações com um intuito de se adequar totalmente a elas, o que nos diz que ela realiza uma conferência dos materiais obtidos através das escriturações contábeis, com o principal objetivo de garantir a veracidade desses materiais.

Em estudo, Silva (2008) aponta que a auditoria interna é usada na contabilidade com o intuito de analisar, verificar e fazer as devidas correções sobre qualquer irregularidade que seja encontrada dentro das entidades. Ou seja, a auditoria tem e muito a contribuir para que os empresários encontrem as fraquezas no processo de gestão.

Com o constante desenvolvimento do mundo atual, o surgimento e diversificação de novas empresas e suas atividades econômicas, a auditoria interna vem se tornando um método

indispensável de avaliação e eficiência para os gestores zelarem pela total confiabilidade das informações prestadas.

2.2. Lei Sarbanes e Oxley

Nos Estados Unidos, mais precisamente em 30 de julho de 2002, por conta de vários escândalos de fraudes na contabilidade de empresas americanas, o senador Paul Sarbanes e o deputado Michael Oxley fizeram junto com o governo e o congresso a Lei Sarbanes-Oxley, a qual teve e tem grande relevância no mercado de valores mobiliário norte americano, pois a partir dela foram criadas várias regras sobre governança corporativa, objetivando implementar uma maior transparência nos resultados das entidades.

Além disso, a lei Sarbanes-Oxley (SOX) estabeleceu a obrigatoriedade de constituição do comitê de auditoria pelo Conselho de Administração, pois ocorreram vários problemas ocasionados pela ausência de uma boa governança. A grande importância de se criar esse comitê de auditoria é para dar maior transparência às informações coletadas e também uma maior independência às empresas de auditoria (GRUMET; 2007).

Segundo Maliene (2005), será exigida na escolha de profissionais conselheiros uma divulgação nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas para garantir uma independência, já que a SOX estabelece que todos os seus membros sejam independentes, estando vedada a participação de acionistas diretos e a remuneração recebida por serviços que não decorram de sua participação como membro do comitê de auditoria, seja essa remuneração direta ou indireta, entre outras.

Na seção 302 da SOX consta que quem deve assinar todos os relatórios em que as demonstrações contábeis e financeiras não tenham nenhuma informação falsa, ou que não tenha nenhum fato omitido, são os diretores das empresas. Todas as deficiências e as fraudes terão que ser reveladas ao Comitê de Auditoria.

Além disso, a lei Sarbanes-Oxley é um importante instrumento de controle a livre operação dos agentes, pois ela pune os administradores em caso de desobediência as normas e determinações legais. Haverá inevitavelmente alguns custos pelo cumprimento da lei, mas sem dúvidas nenhuma, os benefícios futuros alcançados superam qualquer redução de receita (BORGETH; 2008).

Já a seção 404 da SOX aponta que, para que haja uma eficácia nos relatórios financeiros e controles internos, o auditor independente terá que fazer uma avaliação anual nesses procedimentos, atestando assim, a afirmação da administração.

Para Patterson e Smith (2007), embora algumas empresas ainda reclamem das exigências contidas na lei sobre inúmeras documentações, eles declaram que os privilégios são maiores, já que haverá uma redução nas fraudes e, como consequência dessa redução, um fortalecimento no controle interno.

Grumet (2007) aponta outro ponto de grande importância de contribuição da SOX que é a de aumentar ainda mais a confiança dos investidores nas empresas, fortalecendo os laços entre ambos e contribuindo para que não haja conflito de agência.

Borgeth (2008) conclui que as empresas terão que executar sistemas de informações, obterem código de ética e, principalmente, reformular seus princípios de governança, para que possam ter êxito em seus serviços prestados.

É importante salientar que a Lei Sarbanes-Oxley é um marco, desde sua criação nos Estados Unidos, aplicando-se às empresas americanas e também estrangeiras, pois ela mudou o ambiente empresarial afetando para melhor a maneira com a qual as empresas realizavam seus controles internos, levando também a auditoria interna a evoluir.

2.3. O Comitê de Auditoria

No Brasil, o Comitê de Auditoria funciona desde julho de 2004, ou seja, há quase treze anos vem sendo de grande importância para grupos financeiros. A CVM (Comissão de Valores Imobiliários), o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e a BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) vem incentivando por meio de várias iniciativas a adoção do Comitê de Auditoria. As empresas brasileiras possuíam a opção de acordo com a SOX, de ter comitês equivalentes ou adotar um.

Segundo o Portal de Auditoria, o comitê de auditoria tem uma função grandiosa de mostrar a total transparência de suas atividades ao mercado, pois ele é de grande valor no processo de supervisão pelo conselho de administração.

A Cartilha da CVM (2002) coloca que não poderá ser membro do comitê de auditoria nenhum executivo que faça parte do conselho de administração, pois as demonstrações financeiras da empresa serão analisadas por pessoas capazes e que façam as devidas alterações na situação econômica, financeira ou patrimonial da empresa.

Por sua vez, o Código de Melhores Práticas do IBGC (2003) diz que o comitê deverá cuidar da conduta da entidade, garantindo que cada área exerça seu papel com maestria, a diretoria desenvolvendo controles internos que sejam confiáveis e os conselhos de administração fazendo com que o comitê de auditoria analise as demonstrações financeiras.

Além disso, o comitê de auditoria sendo formado pelos membros do conselho de administração tem um objetivo na contabilidade de supervisioná-la, auxiliando no parecer dos relatórios e também nas suas demonstrações contábeis, ou seja, ele é de fundamental importância para se fazer uma boa governança, pois exigirá uma total transparência nas informações prestadas (Lei Sarbanes-Oxley, seção 301).

Outro ponto importante é que um comitê de auditoria competente tem que ser formado pelos melhores integrantes da área financeira e também contábil e que estejam sempre e totalmente comprometidos com os valores morais e éticos, garantindo assim, maior transparência nas atividades das empresas.

03. METODOLOGIA

3.1. Enquadramento Metodológico

O presente trabalho caracteriza-se por ser do tipo descritivo, já que se objetivou verificar se o quantitativo de membros constitutivos do Comitê de Auditoria das instituições financeiras brasileiras promove influências nos resultados e desempenho empresarial dessas instituições.

Esse tipo de pesquisa, conforme GIL (2008), objetiva descrever a característica de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento da relação entre variáveis.

Além disso, o método de pesquisa utilizada apresenta uma abordagem quantitativa, pois será utilizado instrumental estatístico na análise dos dados.

Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.

Quanto ao delineamento, o estudo desenvolveu-se em bases bibliográfica e documental, já que se recorreu a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas e também aos resultados publicados nas demonstrações contábeis de instituições financeiras brasileiras.

3.2. Modelo Teórico

Quanto à modelagem econométrica, será aplicada ao trabalho a sistemática de regressão linear simples e com a adoção de dados em corte. Sartoris (2003) informa que a

análise de regressão linear simples é uma modelagem econométrica que procura verificar uma relação entre uma variável dependente Y com uma variável independente X , objetivando identificar a melhor função que descreve a relação entre estas variáveis.

Matematicamente, a regressão linear simples é descrito pela Equação (1):

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que Y_i define a variável dependente, X_i é a variável independente que será testada no modelo, tal que β é um vetor de parâmetros do modelo e ε_i são as perturbações aleatórias não correlacionadas entre si contemporânea ou temporalmente, sendo que as perturbações são $\varepsilon_i \sim i.i.d.(0, \sigma^2)$.

Complementarmente a aplicação da modelagem, com a finalidade aprofundar as análises e buscar evidências estatísticas do direcionamento das relações entre as variáveis estudadas, procedeu-se o teste de Heteroscedasticidade de White.

Para Gujarati (2006), esse teste visa medir a adequação da modelagem estatística quando utilizamos o método da regressão linear, verificando a existência de Homocedasticidade e a especificação correta do modelo, assim como a independência dos resíduos para com os regressores utilizados na pesquisa.

Corroborando com o exposto, Greene (2002) afirma que no teste de Heteroscedasticidade de White é feita uma regressão auxiliar onde a variável dependente é o resíduo ao quadrado e os regressores são os próprios regressores da regressão original, seus quadrados e os produtos cruzados, conforme Equação (2):

$$\varepsilon_i^2 = \gamma_1 + \gamma_2 X_{2i} + \gamma_3 X_{3i} + \gamma_4 X_{2i}^2 + \gamma_5 X_{3i}^2 + \gamma_6 X_{2i} X_{3i} + \mu_i \quad (2)$$

Além disso, foi realizado o teste de Normalidade dos resíduos, objetivando confirmar se os erros estão normalmente distribuídos. Esse mecanismo consiste em testar a hipótese de que os resíduos sejam normais e que, portanto, são originados de erros também normais e assim termos maior segurança em relação aos testes de hipóteses, conforme aponta Sartoris (2003).

3.3. Modelo Analítico

Depois de apresentadas as etapas referentes aos procedimentos estatísticos, definiu-se o modelo analítico, o qual permite verificar a suposta relação significativa entre o comitê de auditoria das instituições financeiras brasileiras e as variáveis de desempenho e tamanho dessas empresas, de forma a identificar os efeitos de tais relações.

Partido do modelo apresentado em Equação (1), o modelo empírico apresenta a seguinte especificação, conforme Equação (3):

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

Em que Y_i assume as variáveis dependentes Índice de Liquidez Corrente, Retorno sobre o Ativo, Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Total do Ativo, X_i a variável independente Tamanho do Comitê de Auditoria e ε_i corresponde ao termo de erro aleatório, o qual assume média zero e variância constante.

Para o desenvolvimento do modelo proposto, utilizou-se uma base de dados secundária, proveniente dos resultados encontrados nas demonstrações contábeis de 19

instituições financeiras brasileiras ou com filiais sediadas no Brasil, extraídos do site Econoinfo.

Como variáveis dependentes foram utilizadas o índice de Liquidez Corrente, Retorno sobre o Ativo, Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Total do Ativo

Dessa forma, por Índice de Liquidez Corrente, corresponde a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante do balanço patrimonial. Já Retorno sobre o ativo, deve-se entender como a razão entre o lucro líquido do exercício e o ativo total. Por retorno sobre o patrimônio líquido, a razão entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido. E por total do ativo, o somatório do lado esquerdo do balanço patrimonial, o qual representa o total de bens e direitos da empresa.

Além disso, foi utilizada como variável independente o tamanho do Comitê de Auditoria, o qual foi obtido pelo número de membros integrantes desse comitê de cada instituição financeira. As variáveis, como também as definições e as unidades de medida estão expostas no Quadro. 01.

Quadro 01 - Variáveis, definições e unidades de medidas

VARIÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO MODELO EMPÍRICO
Tamanho do Comitê de Auditoria	Número de Componentes	Comitê
Liquidez Corrente	%	ILC
Retorno Sobre Ativo	%	RTA
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	RPL
Ativo Total	R\$ milhares ou milhões	AtivoT

Fonte: Elaborada pelos autores.

04. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Impactos do Comitê de Auditoria no Desempenho de Instituições Financeiras Brasileiras

O presente estudo pretende identificar se o tamanho do comitê de auditoria das instituições financeiras brasileiras se relaciona significativamente com a liquidez corrente, o retorno sobre o ativo, o retorno sobre o patrimônio líquido e o tamanho dessas entidades. Com os resultados, espera-se encontrar uma relação direta entre o tamanho do Comitê de Auditoria e as variáveis dependentes, significando que o Comitê pode ser uma importante ferramenta de maximização dos resultados e desempenho de instituições financeiras no Brasil e no mundo. Para isso, serão realizadas quatro regressões simples, acompanhadas dos respectivos testes de Heteroscedasticidade e Normalidade dos resíduos.

Inicialmente, na tabela 01, estão expostos os resultados encontrados na regressão entre o tamanho do comitê de auditoria e a liquidez corrente das instituições financeiras nacionais.

O primeiro passo foi verificar o teste F de significância global, objetivando verificar se a modelagem que estamos utilizando é útil para explicar a influência da variável comitê sobre a variável dependente ILC.

O valor P do teste F do modelo está apresentando um valor de 0,052946, significando, estatisticamente, que a variável está relacionada com o tamanho do comitê de auditoria e que o método utilizado é viável para a pesquisa.

Logo em seguida, verificou-se o teste de significância individual, objetivando constatar o grau de influência que o tamanho do comitê promove sobre o ILC. Logo, para que uma variável independente explique a variável dependente, o seu P-valor tem que ser menor ou igual a 5%.

Assim, constata-se que a variável Comitê é estatisticamente significativa, já que o seu P- Valor está apresentando um nível de significância individual de 0,05. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que esta variável é estatisticamente significativa e que a mesma está influenciando o ILC das instituições financeiras nacionais.

Outro ponto que deve ser destacado na análise é quanto ao sinal encontrado no coeficiente. Constata-se na tabela 01 um sinal positivo de β , indicando que quando há o aumento do tamanho do comitê de auditoria por parte das instituições financeiras, o ILC tende a melhorar, corroborando com a situação hipotética que está tentando ser provada pelo trabalho.

Quanto ao R^2 e o R^2 ajustado, foram encontrados no modelo os valores de 0,157198 e 0,107622, respectivamente, que indica um baixo grau de explicação do modelo para o comportamento da variável dependente índice de liquidez corrente.

Além disso, a variância dos resíduos, conforme tabela 02, está se apresentando de maneira uniforme, não indicando problemas de Heteroscedasticidade, já que o teste de White está apresentando um P – valor de 86% e o nível de significância é acima de 5%.

Comportamento similar pode ser constatado na normalidade dos resíduos, pois o limite do nível de significância é acima de 5% e no nosso teste foi encontrado um P – valor de 32%.

Tabela 01: Resultados do Modelo de Regressão entre Comitê de Auditoria e o Índice de Liquidez Corrente com erros-padrão Robustos

Variáveis	β	T	Valor P	Número de Observações	
Comitê	0,141787	2,0802	0,0529	F(1, 17)	4,327302
Constante	0,592921	2,3942	0,0285	P – valor (F)	0,052946
				R^2	0,157198
				R^2 Ajustado	0,107622

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Tabela 02: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H_0	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,32	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,86	0,05

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Na tabela 03 estão os resultados da regressão linear simples entre a variável que representa o tamanho do comitê de auditoria e o RAT de instituições financeiras brasileiras.

Novamente verificou-se o comportamento da estatística F, objetivando constatar se o modelo que estamos utilizando serve para identificar a relação entre tamanho do comitê e retorno sobre o ativo total.

Para que o modelo seja considerado confiável, necessário se torna que o nível de significância seja inferior a 5%. Conforme se pode observar, o modelo mostra-se estatisticamente confiável para verificar a relação entre Comitê e RAT, pois o mesmo apresenta um P – valor de 0,025616.

Quanto à significância individual da variável, foi constatado que o tamanho do comitê influencia no retorno sobre o ativo total das instituições financeiras nacionais, pois o nível de significância estatística é de até 5% e no resultado do modelo foi encontrado um P – valor de 0,0256.

Além disso, assim como foi encontrado na tabela 02, há uma relação direta entre o tamanho do comitê de auditoria e o RAT, uma vez que o β da variável comitê é positivo. Logo, pode-se estatisticamente afirmar que quando há uma ênfase por parte das instituições

financeiras brasileiras no tamanho do comitê de auditoria, o desempenho do ativo em gerar retorno para empresa tende a ser mais rentável.

Quanto ao R^2 e o R^2 ajustado, foram encontrados no modelo os valores de 0,381558 e 0,345179, respectivamente, que indica um bom grau de explicação do modelo para o comportamento da variável dependente RAT.

Outro aspecto relevante, conforme tabela 04, foi a verificação dos pressupostos de Heteroscedasticidade e normalidade dos resíduos da modelagem.

Pode-se observar que, quanto à existência de problemas de Heteroscedasticidade, o comportamento da variância dos resíduos apresentou-se de forma homogênea, indicando a existência de Homocedasticidade nos resultados encontrados após a aplicação de uma regressão entre o tamanho do comitê de auditoria e o RAT, já que o P – valor encontrado no teste de White indicou a importância de 0,31 e a significância estatística é acima 0,05.

Quanto à normalidade dos resíduos, o resultado do teste evidencia que os erros estão normalmente distribuídos levando a uma maior segurança nos resultados encontrados na influência do comitê em relação ao retorno sobre o ativo total, pois o P – valor do teste registra um valor de 0,14 e o nível de significância é acima de 0,05.

Tabela 03: Resultados do Modelo de Regressão entre Comitê de Auditoria e Retorno sobre o Ativo com erros-padrão Robustos

Variáveis	β	T	Valor P	Número de Observações	
Comitê	0,0148257	2,4461	0,0256	F(1, 17)	5,983365
Constante	0,0614121	3,1451	0,0059	P – valor (F)	0,025616
				R^2	0,381558
				R^2 Ajustado	0,345179

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Tabela 04: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H_0	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,14	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,31	0,05

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Partindo para verificação dos impactos do tamanho do comitê de auditoria sobre o índice de rentabilidade retorno sobre o patrimônio líquido das instituições financeiras, pode-se observar na tabela 05 que a modelagem econométrica utilizada para a regressão é estatisticamente confiável, já que o seu P- valor da estatística F está apresentando um nível de significância de 0,000292, e o nível de significância estatístico deve ser inferior a 0,05 para que o modelo seja considerado confiável.

Quanto à análise dos impactos do comitê de auditoria sobre o retorno sobre o patrimônio líquido, constatou-se uma significância estatística individual de 0,0003, já que o limite estatístico é de 0,05. Isso nos leva a acreditar que há uma relação estatística entre o tamanho do comitê de auditoria das instituições financeiras brasileiras e o índice de rentabilidade RPL.

Outro ponto importante constatado no estudo foi o sinal do β positivo, corroborando com a situação hipotética de que quando há um esforço por parte da governança corporativa das instituições financeiras brasileiras em aumentar o tamanho ou a efetividade do comitê de auditoria, melhor será o desempenho destas empresas.

Por sua vez, analisando o R^2 e o R^2 ajustado, encontraram-se os valores de 0,259360 e 0,215793, respectivamente, após a regressão simples. Diante desses valores, percebe-se que o grau de explicação da modelagem sobre o RPL são relativamente relevantes.

Além disso, conforme tabela 06 e mantendo o padrão de análise utilizado nas variáveis precedentes, procedeu-se a realização dos testes de Heteroscedasticidade de White e do teste de Normalidade dos resíduos.

No primeiro, foi encontrado um P- valor de 0,91, que nos indica uma constância na variância dos resíduos e, conseqüentemente, ausência de problemas de Heteroscedasticidade.

No segundo, foi encontrado um P- valor de 0,05, diagnosticando que os erros estão normalmente distribuídos e levando a uma maior segurança nos resultados encontrados na influência do tamanho do comitê de auditoria sobre o ativo total das instituições financeiras brasileiras.

Tabela 05: Resultados do Modelo de Regressão entre Comitê de Auditoria e Retorno sobre o Patrimônio Líquido com erros-padrão Robustos

Variáveis	β	T	Valor P	Número de Observações	19
Comitê	0,00246994	4,5370	0,0003	F(1, 17)	20,58405
Constante	0,000546308	0,0524	0,9588	P – valor (F)	0,000292
				R^2	0,259360
				R^2 Ajustado	0,215793

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Tabela 06: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H_0	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,05	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,91	0,05

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Por fim, na tabela 07 estão explanados os resultados encontrados entre o tamanho do comitê de auditoria e o ativo total, objetivando verificar se há alguma relação entre essas duas variáveis das instituições financeiras brasileiras.

Assim como foi desenvolvido com as outras variáveis dependentes, verificou-se a significância global do teste F, destinado a verificar se o modelo econométrico que estamos utilizando é efetivo para explicar a influência da variável comitê sobre a variável dependente tamanho da empresa.

O P valor do teste F do modelo está apresentando um valor de 0,058726, significando que o modelo econométrico utilizado é estatisticamente confiável para verificar se há alguma relação entre as variáveis comitê de auditoria e tamanho das instituições financeiras.

O próximo passo foi verificar o teste de significância individual, objetivando constatar o grau de influência que o tamanho do comitê promove sobre o tamanho das instituições financeiras.

Portanto, foi observado que a variável Comitê é estatisticamente significativa, já que o seu P- Valor está apresentando um nível de significância individual de 0,05. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que esta variável é estatisticamente significativa e que a mesma está influenciando o ativo total das instituições financeiras nacionais.

Além disso, constatou-se na tabela 07 um sinal positivo de β , indicando que quando há o aumento do tamanho do comitê de auditoria por parte das instituições financeiras, o AtivoT tende a melhorar, corroborando com a situação hipotética que está tentando ser provada pelo trabalho.

Quanto ao R^2 e o R^2 ajustado, foram encontrados no modelo os valores de 0,122550 e 0,070935, respectivamente, que indica um baixo grau de explicação do modelo para o comportamento da variável dependente ativo total.

Quanto ao comportamento da variância dos resíduos, conforme tabela 08, o mesmo está se apresentando de maneira uniforme, não indicando problemas de Heteroscedasticidade, já que o teste de White está apresentando um P – valor de 49% e o nível de significância é acima de 5%.

Comportamento similar pode ser constatado na normalidade dos resíduos, pois o limite do nível de significância é acima de 5% e no nosso teste foi encontrado uma P – valor de 7%.

Tabela 07: Resultados do Modelo de Regressão entre Comitê de Auditoria e Tamanho da Empresa com erros-padrão Robustos

Variáveis	β	T	Valor P	Número de Observações	
Comitê	2,9178	1,9433	0,0587	F(1, 17)	3,776440
Constante	13,1189	7,3591	0,0001	P – valor (F)	0,058726
				R^2	0,122550
				R^2 Ajustado	0,070935

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Tabela 08: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H_0	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,07	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,49	0,05

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos autores.

Portanto, mediante análise dos resultados encontrados, constata-se que o tamanho do comitê de auditoria pode funcionar como uma alternativa de maximização dos resultados e desempenho contábil, não só das instituições financeiras nacionais, mas também dos demais ramos da economia nacional e mundial, corroborando com as várias iniciativas e manifestações pela implementação desse comitê pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários), IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo).

05. CONCLUSÕES

O comitê de auditoria exerce de forma essencial um papel de supervisionar em nome do conselho de administração a gestão e os processos internos auxiliando também no parecer dos relatórios e das demonstrações contábeis, para garantir uma total transparência nas informações que serão prestadas. Por essa razão, a presente pesquisa objetivou constatar os impactos que o tamanho do comitê de auditoria promove no desempenho e tamanho de instituições financeiras brasileiras. Para isso, foi utilizada a modelagem econométrica Regressão Linear Simples, onde o tamanho do comitê de auditoria é a variável independente e o índice de liquidez corrente, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido e o ativo total as variáveis dependentes do modelo.

Convém observar, que nos resultados da regressão linear o índice de liquidez corrente, o ativo total, o retorno sobre o ativo e o retorno sobre o patrimônio líquido são influenciados pelo tamanho do comitê de auditoria das instituições financeiras brasileiras, pois todas as variáveis dependentes apresentaram um nível de significância individual menor que 5%. Outro aspecto relevante detectado no estudo foi o comportamento positivo do β em todas as regressões, confirmando a hipótese levantada pela pesquisa, pois quando há uma ênfase da RAGC, v.6, n.23, p.60-72/2018

governança corporativa das instituições financeiras nacional no tamanho do comitê de auditoria, os resultados e desempenho delas tendem a serem melhor.

Como parte do conteúdo da pesquisa, além disso, foram realizados também testes de pressupostos sobre os resultados da regressão e foi constatada a normalidade dos resíduos e os mesmos estão livres de problemas de Heteroscedasticidade.

Para novos estudos, propõe-se a utilização de outras variáveis dependentes, ainda não abordadas em estudos, objetivando ratificar a importância do tamanho do comitê de auditoria como ferramenta de gestão nas empresas. Quanto às limitações detectadas, destaca-se o quantitativo reduzido de empresas brasileiras que adotam o comitê de auditoria como parte de sua estrutura corporativa.

REFERÊNCIAS

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2007.

BORGETH, Vania Maria da Costa. **SOX: Entendendo a lei Sarbanes-Oxley**. 1 ed. São Paulo. Cengage Learning, 2007.

BRITO, Claudenir. **Auditoria privada e governamental: teoria de forma objetiva e questões comentadas** / Claudenir Brito & Rodrigo Fontenelle. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS- CVM. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/> Acesso em: 22 de abr. de 2017.

Comitê de Auditoria no Brasil. **Melhores práticas de governança corporativa- 2005**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.pwc.com.br/> Acesso em: 24 abr. de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC – NBCT 12. Norma Brasileira de Contabilidade e Auditoria interna. 01 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.crc.org.br/> Acesso em: 20 abr. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**. Teoria e prática. São Paulo, Atlas 2000.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

GRUMET, Louis. Rethinking Sarbanes-Oxley. **The CPA Journal**. V. 77, n.11, novembro de 2007.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia de orientações para melhores práticas de Comitês de Auditoria**. Coordenação: Roberto Lamb e João Verner Juenemann. São Paulo, IBGC, 2009.

JUND, Sérgio. **Auditoria**. Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. Rio de Janeiro: Consulex, 2001.

LÉLIS, D.L.M.; MARIO, P. do C. “**Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e Controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético.**” Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º. 2009.

LEI SARBANES OXLEY. Introdução à lei Sarbanes Oxley (SOX). Disponível em: <http://portaldeauditoria.com.br/> Acesso em 03 maio de 2017.

MALIENE, W. Estudo comparativo entre os Conselhos Fiscais e os Comitês de Auditoria... Existentes no Modelo Anglo-Saxão de Governança Corporativa. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/> Acesso em: 25 abr. 2017.

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT 11.1997) INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 3. ed. 2004. Disponível em: <http://ibgc.org.br/> Acesso em: 24 abr.2017.

NBCT- Normas Brasileiras de Contabilidade. **NBCT 11, Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <http://ibgc.org.br/> Acesso em: 24 abr. 2017.

OLIVEIRA, M.; COSTA P. **“O comitê de auditoria nas companhias abertas brasileiras: um estudo multicaso.”** Fortaleza, UNIFOR (2004).

PATTERSON, Evelyn R.; SMITH, Reed. The effects of Sarbanes-Oxley on auditing and internal control strenght. **The Accounting Review**. Vol. 82, n. 2, 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo; João Bosco Segreti, and Catarina de Araújo Costa. **“Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes- Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts-ADR.”** Contabilidade Vista & Revista 20.1 (2009): Belo Horizonte: UFMG, 2009.

Portal de Auditoria. **A importância do Comitê de Auditoria**. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/> Acesso em: 03 maio de 2017.

SARBANES-OXLEY ACT- SOX. **Weekly Compilation of Presidential Documents**. Presidential remarks and Statement, v. 38, 30 July 2002. Disponível em: <http://www.gpo.gov/> Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Erlon Rodrigo. **A importância da Auditoria Interna na Gestão dos Recursos**. 2008